



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0285554-1

PROCESSO DE 1º GRAU Nº 002527-47.2010.8.17.0220

COMARCA : Arcoverde – Vara Criminal
APELANTE : José Rinaldo Farias Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
SUBSTITUTO
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS. EMPREGO DE ARMA DE FOGO. ABSOLVIÇÃO. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. REDUÇÃO DA PENA-BASE AO MÍNIMO LEGAL. INACOLHIMENTO. PENA-BASE FIXADA APÓS A ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS PREVISTAS NO ART. 59 DO CÓDIGO PENAL. APELO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I – Não merece reforma, e conseqüente absolvição do apelante, a sentença cuja condenação guarda harmonia com as provas carreadas aos autos.

II – Não merece reparo o *quantum* aplicado com relação a pena de multa, haja vista que fixada de forma razoável pelo togado monocrático.

III – Apelo a que se nega provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 0285554-1**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos**, em **negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 26 de março de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0285554-1
PROCESSO DE 1º GRAU Nº 002527-47.2010.8.17.0220
COMARCA : Arcoverde – Vara Criminal
APELANTE : José Rinaldo Farias Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
SUBSTITUTO
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

José Rinaldo Farias da Silva foi denunciado (fls. 2/4), juntamente com **Aldson Barbosa Modesto, Thiago Carlos de Melo, Wanderson Tavares Campos Nunes e Hélio Jacob da Silva**, todos como incurso nas penas dos artigos 157, § 2º, incisos I e II¹, do Código Penal, e 15² da Lei nº 10.826/2003.

Narra a peça acusatória que no dia 8 de setembro de 2010, por volta das 4h, nas imediações da Praça da Bíblia, cidade de Arcoverde, os acusados, juntamente com o adolescente **Túlio Mateus Batista de Barros**, após adentrarem em um veículo lotação, que fazia o percurso Buíque-Arcoverde, passando-se, inicialmente, por clientes, anunciaram assalto, com emprego de armas de fogo e mediante violência e grave ameaça, vindo a subtrair a quantia, em espécie, de R\$ 300,00, bem como 4 (quatro) aparelhos celulares, além de terem efetuado disparos de arma de fogo.

Consta da denúncia que 3 (três) dos denunciados que estavam armados agrediram fisicamente o condutor do veículo e os demais passageiros, ordenando que o condutor seguisse até um terreno baldio no matadouro da cidade, local onde determinaram que todos descessem, passando a agredir fisicamente todos e a efetuar disparos de arma de fogo.

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. (...)

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas; (...)

² Art. 15 - Disparar arma de fogo ou acionar munição em lugar habitado ou em suas adjacências, em via pública ou em direção a ela, desde que essa conduta não tenha como finalidade a prática de outro crime:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Concluída a instrução criminal, o magistrado sentenciante absolveu o denunciado **Hélio Jacob da Silva**, com esteio no art. 386, inciso IV³, do Código de Processo Penal, e, com relação aos denunciados **José Rinaldo Farias da Silva**, **Aldson Barbosa Modesto**, **Thiago Carlos de Melo** e **Wanderson Tavares Campos Nunes**, julgou a denúncia procedente em parte para condená-los como incurso nas penas do art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal.

Aldson Barbosa Modesto, **Thiago Carlos de Melo** e **Wanderson Tavares Campos Nunes** foram condenados, cada um, à pena definitiva de 8 (oito) anos de reclusão, a ser cumprida no regime inicialmente fechado.

José Rinaldo Farias da Silva foi condenado à pena-base de 6 (seis) anos de reclusão, a qual foi elevada em 1/3 (um terço) em aplicação às majorantes do emprego de arma de fogo e do concurso de pessoas, resultando na pena definitiva de 8 (oito) anos de reclusão, a ser cumprida no regime inicialmente fechado, conforme sentença de fls. 325/332.

Inconformado, somente **José Rinaldo Farias da Silva** interpôs recurso apelatório (fl. 347), transitando em julgado a sentença para os demais réus, conforme certidão de fl. 372.

Oferecidas razões recursais às fls. 351/355, o apelante **José Rinaldo Farias da Silva** pugna por absolvição, ao argumento de que não restou comprovada a sua participação no crime, e, alternativamente, pela aplicação da pena-base no mínimo legal.

O Ministério Público de 1ª Instância ofereceu contrarrazões às fls. 358/361, pugnando pelo improvimento do recurso, com a manutenção da sentença em todos os seus termos.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz, ofereceu parecer (fls. 402/404) opinando pelo improvimento do apelo.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 08 de Novembro de 2012 .

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto

³ Art. 386 - O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: (...)

IV - estar provado que o réu não concorreu para a infração penal; (...)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0285554-1

PROCESSO DE 1º GRAU Nº 002527-47.2010.8.17.0220

COMARCA : Arcoverde – Vara Criminal
APELANTE : José Rinaldo Farias Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADORA : Dra. Laíse Tarcila Rosa de Queiroz
RELATORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
SUBSTITUTO
REVISOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

VOTO

Cuida-se de tempestivo recurso apelatório em que o apelante, inconformado com a sentença que o condenou à pena de 8 (oito) anos de reclusão pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, pugna por absolvição, ao argumento de que não restou comprovada a sua participação no delito, e, alternativamente, pela aplicação da pena-base no mínimo legal.

A materialidade do crime se encontra demonstrada no auto de apresentação e apreensão de fl. 44 e no auto de entrega de fl. 45.

No tocante à participação do apelante no delito, objeto da presente insurgência recursal, vejamos os depoimentos colhidos nos autos:

Perante a autoridade policial, o apelante, muito embora tivesse pretensão de levar a crer que não teve a iniciativa de praticar o crime, afirmou que, após o anúncio do assalto pelos demais réus, seguiram para um terreno baldio e lá pegaram os pertences das vítimas e se dirigiram até a residência do tio de Hélio para a divisão do apurado, senão vejamos (fl. 15):

"(...) que o autuado informa que estava em uma festa no Distrito de Carneiros Município de Buíque e que por volta das 03h00 pegou uma lotação juntamente com mais quatro colegas e seguiram para a Cidade de Arcoverde, que o interrogado alega que quando chegaram na Cidade de Arcoverde nas imediações da praça da Bíblia acordou-se com seus colegas de armas em punho anunciando um assalto; que o interrogado alega que após o assalto seguiram com a lotação até um terreno baldio nas proximidades do matadouro e começaram pegar os pertences das vítimas, dinheiro e celulares; que o interrogado alega que estavam armados Túlio e não sabendo informar quem estava com as outras armas; que em seguida foram para a casa de um tio de Túlio de nome



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Héllo e lá dividiram o dinheiro inclusive o Hélio pegou uma parte não sabendo informar o valor; (...)

Em juízo, o apelante nega a participação no crime, afirmando que estava na lotação, mas que toda a empreitada delituosa foi praticada por Túlio e outra pessoa não identificada (fls. 232/233).

O réu **Aldson Barbosa Modesto**, ao ser interrogado pela autoridade policial, relata a participação do apelante na empreitada delituosa, ao asseverar (fl. 16):

"(...) que o autuado informa que estava em uma festa no Distrito de Carneiros Município de Buíque, e que por volta das 03h00 pegou uma lotação juntamente com mais quatro colegas e seguiram para a Cidade de Arcoverde, que o interrogado alega que quando chegaram na Cidade de Arcoverde nas imediações da praça da Bíblia seus colegas Túlio e José Rinaldo de armas em punho anunciaram o assalto; que o interrogado alega que foi juntamente com eles e mais dois colegas até um terreno baldio e lá tomaram os pertences das vítimas e que o interrogado, (...)"

Perante a autoridade policial, o sentenciado **Thiago Carlos de Melo** também relata a participação do apelante no delito, afirmando que (fl. 17):

"(...) que o autuado informa que estava em uma festa no Distrito de Carneiros Município de Buíque com mais quatro colegas e que por volta das 03h00 pegaram uma lotação e seguiram para a Cidade de Arcoverde, que o interrogado alega que quando chegaram na Cidade de Arcoverde nas imediações da praça da Bíblia e que vinha dormindo quando ouviu seus colegas Túlio e José Rinaldo de armas em punho anunciaram o assalto; que o interrogado alega que foi juntamente com eles e mais dois colegas até um baldio e lá tomaram os pertences das vítimas (...)"

George Cavalcanti da Silva, policial militar, ao ser ouvido em juízo, afirmou (fls. 148/149):

"(...) que na data do fato descrito na denúncia recebeu informe por rádio que havia ocorrido um roubo na lotação que seguia de Buíque para Arcoverde, e possivelmente os autores se encontrariam pelas redondezas, foi aí que diligenciando se deparou com quatro dos acusados, onde dois já conhecidos da polícia, são mais precisamente os dois primeiros acusados, os quais dão trabalho em Arcoverde, são envolvidos com drogas, um deles foi preso recentemente por violência doméstica; que na data do fato quando visualizou os quatro primeiros acusados, dois se afastaram e outros seguiram em direção oposta, tentaram correr, mas pararam, quando jogaram dois celulares num quintal de uma residência,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

quando abordados, logo em seguida chegou uma viatura, depois chegou uma viatura com as vítimas que identificaram os celulares, e além de reconhecer os quatro como autores do roubo, porque José Rinaldo disse que tinham ido na casa de Hélio e tinha dividido o produto do roubo na casa dele; que não foram encontradas armas com os quatro primeiro acusados, os quais relataram que as armas estava com um outro elemento; (...) "

O policial militar **Gustavo Gomes Feitosa**, perante a autoridade judiciária, afirmou (fls. 149/150):

"(...) que quando os acusados perceberam que a viatura da polícia estava se aproximando, se separaram, tentaram se evadir, porém foram capturados; que o depoente já prendeu o acusado Wanderson, pela terceira vez, já foi preso com drogas, pela Lei Maria da Penha e esta vez por roubo; que José Rinaldo já foi preso armado; (...) "

Ao serem ouvidas em juízo, as vítimas **Quitéria Honório da Silva** e **José Thiago Bezerra de Lima** relataram que estavam no ônibus quando 4 (quatro) elementos, alguns armados, anunciaram o assalto (fls. 156/157 e 191).

As testemunhas de defesa arroladas se limitaram a dar conta da conduta social do apelante (fl. 228).

As provas carreadas aos autos evidenciam que o apelante concorreu para a prática do crime em comunhão de vontade com os demais réus, não merecendo acolhimento o pedido de absolvição formulado.

Os relatos das vítimas e dos policiais responsáveis pela prisão do apelante e dos outros sentenciados são harmônicos em apontá-los como autores do delito perpetrado mediante violência e emprego de arma de fogo.

Vale dizer que produtos do crime foram encontrados com alguns dos réus, inclusive com o apelante, como bem considerou o representante do Ministério Público de 1º grau ao apresentar contrarrazões, senão vejamos (fls. 358/361):

"(...) as provas coligidas durante a instrução processual corroboradas com os elementos carreados por ocasião do inquérito tornam inequívoca a pretensão punitiva cristalizada na denúncia (...) Policiais que participaram das diligências investigativas prestaram depoimento em Juízo e afirmaram que, ao serem informados sobre a ocorrência do crime em epígrafe, deram início as buscas para localizar os autores, instantes em que uma viatura interceptou quatro dos acusados que transitavam na rodovia BR 232, e durante a abordagem, lograram encontrar com estes vários celulares que foram identificados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Terceira Câmara Criminal
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

pelas vítimas dos autos, ou seja, quatro dos réus, dentre os quais o recorrente, foram presos em flagrante, logo após a realização do delito, na posse da res delitiva. (...)”

Dúvidas não há, pois, da participação do apelante no delito em tela, sendo forçoso concluir pela impossibilidade de absolvição do apelante, visto que a espécie não se afeiçoa a qualquer das hipóteses elencadas no art. 386 do CPP, uma vez que suficientemente provada a existência do fato e a certeza a autoria para a condenação.

No tocante ao pedido de redução da pena-base ao mínimo legal, melhor sorte também não socorre ao apelante.

Ainda que o togado monocrático não tenha feito a análise minuciosa das circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, fixou razoavelmente a pena-base em patamar acima do mínimo legal, não merecendo, pois, qualquer retoque, notadamente em razão das circunstâncias do crime e da violência empregada pelo apelante e demais corréus.

À propósito, imperioso registrar que o Superior Tribunal de Justiça tem orientação firmada no sentido de que, somente nas hipóteses de erro ou ilegalidade prontamente verificável na dosimetria da reprimenda, em flagrante afronta ao art. 59 do Código Penal, pode a Corte recursal reexaminar o *decisum* em tal aspecto, o que não é o caso dos autos (STJ - HC nº 74.482/PR, Relator Ministro Gilson Dipp, DJ 06.08.2007).

Isto posto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, nego provimento ao apelo, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

Recife, 21 de Maio de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº: 0002527-47.2010.8.17.0220
(0285554-1)
COMARCA: ARCOVERDE
VARA: CRIMINAL
APELANTE: JOSÉ RINALDO FARIAS SILVA
ADVOGADO: CÉSAR RICARDO BEZERRA MACEDO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: JUIZ PAULO VICTOR VASCONCELOS DE ALMEIDA
REVISOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ

VOTO DE REVISÃO

Conforme consta dos autos, o acusado **José Rinaldo Farias Silva** foi condenado pelo Juízo *a quo* às penas de 08 (oito) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, e pecuniária de 18 (dezoito) dias-multa, por infração ao art. 157, § 2º, incisos I e II¹, do Código Penal.

Em suas razões recursais, às fls. 351/355, o apelante pugna pela sua absolvição, sob a alegação de que não há, nos autos, provas suficientes para a condenação. Subsidiariamente, requer a redução da pena-base ao seu mínimo legal.

A materialidade está comprovada através do auto de apresentação e apreensão (fl. 44) e do auto de entrega (fl. 45).

A autoria está demonstrada nos depoimentos dos corréus perante a autoridade policial (fls. 16/17), além das declarações prestadas em juízo pelos policiais militares que efetuaram a prisão (fls. 148/150), das vítimas, em juízo (fls.

¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.
Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

(...)

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

(...)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



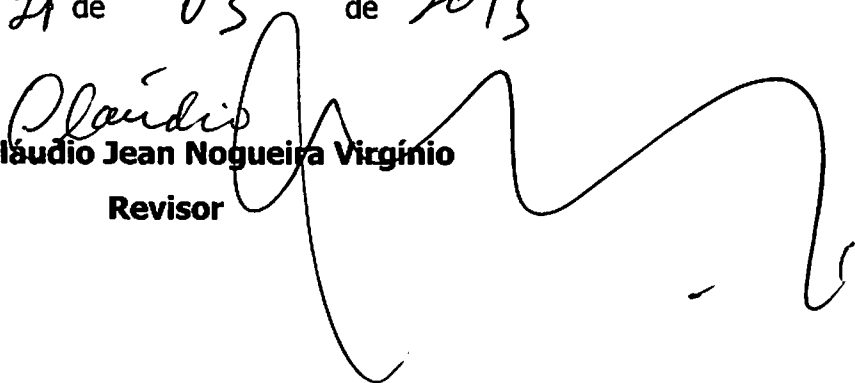
156/157 e 191), salientando-se, inclusive, o depoimento prestado pelo próprio apelante no inquérito (fl. 15).

Compulsando os autos, observa-se que as provas são coerentes entre si e contundentes em infligir ao ora apelante a prática do crime em tela, não havendo possibilidade de dar guarida ao seu pleito de absolvição, tendo, pois, ficado suficientemente comprovado que o mesmo subtraiu, juntamente com os corréus Aldson Barbosa Modesto, Thiago Carlos de Melo e Wanderson Tavares Campos Nunes, mediante grave ameaça à pessoa, com uso de arma de fogo, 04 (quatro) aparelhos celulares e R\$ 300,00 (trezentos reais) em espécie dos passageiros que estavam no veículo lotação que fazia o percurso Buíque-Arcoverde, em 08/09/2010, por volta das 4h (quatro horas), tendo, inclusive, agredido-os fisicamente e efetuado disparos de arma de fogo, momento em que as vítimas fugiram correndo.

No que se refere ao mínimo legal da pena solicitado, tem-se que é plenamente justificável a fixação da pena-base acima do mínimo previsto em lei, tendo em vista que os critérios do art. 59 do Código Penal são, em sua maioria, desfavoráveis ao ora apelante, especialmente as circunstâncias do delito e a violência utilizada contra as vítimas. Portanto, fundamentada a fixação da pena-base acima do mínimo previsto em lei, não carecendo, assim, de reparo, não havendo que se falar em exasperação indevida.

Pelos fundamentos apresentados, **VOTO CONCORDANDO COM O RELATOR, PARA NEGAR PROVIMENTO AO APELO**, devendo a sentença ser mantida em todos os seus termos.

Recife, 24 de 03 de 2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor